



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO ONLINE DE ESTAGIÁRIOS DE 2022

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, com base no Regulamento do Programa de Estágio aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378/2010, resolve:

Tornar público o gabarito definitivo da prova objetiva da área de **Direito – Graduação e Direito - Pós-Graduação**, conforme provas modelo.

ANNA PAULA COUTINHO DE BARCELOS MOREIRA

Procuradora-Chefe



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

PROVA MODELO – DIREITO - GRADUAÇÃO

Direito Administrativo

1. Sobre o ato administrativo, assinale a alternativa incorreta:

- a) A revogação do ato administrativo é fundada em motivos de conveniência e oportunidade, não sendo, portanto, passível de revisão judicial.
- b) Ato administrativo vinculado é aquele que contém os seus elementos constitutivos previstos de modo cogente em lei, cabendo ao administrador apenas a averiguação da sua presença, sem poder apreciar a conveniência ou a oportunidade da edição do ato.
- c) A própria administração pode convalidar ato administrativo praticado por agente incompetente, especialmente se não se tratar de competência outorgada com exclusividade.
- d) Ato administrativo praticado com desvio de finalidade, para satisfação de interesse pessoal do agente público, não é passível de convalidação.
- e) Decreto é ato administrativo emanado do Chefe do Poder Executivo e, em determinadas situações, pode ser autônomo, disciplinando matéria não regulada em lei.

2. Assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988:

- a) Deve-se distinguir entre atos de império e atos de gestão, estando sujeitos à responsabilização apenas estes últimos, pois os primeiros dizem respeito ao exercício de poderes de soberania, necessariamente discricionários, realizados por agentes públicos eleitos.
- b) Adota-se a teoria da culpa do serviço, de modo a que somente há responsabilidade quando o serviço público não funcionou, funcionou com atraso ou funcionou mal.
- c) Para que o dano a particular seja indenizável, é necessário demonstrar que o agente público que o causou agiu com dolo ou, pelo menos, com culpa grave.
- d) A absolvição criminal do agente público acusado de praticar ato ilícito causador de dano a particular exime em qualquer caso o Estado do dever de indenizar.
- e) Embora a Constituição Federal estabeleça a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, ainda existe polêmica na doutrina e na jurisprudência sobre os danos causados por omissão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

3. Acerca das licitações, assinale a alternativa correta:

- a) Nos casos de empate entre duas ou mais propostas, a vencedora será definida por meio de sorteio, garantindo-se uma escolha objetiva e imparcial.
- b) Definida a melhor proposta, a Administração a ela se vincula, não podendo pretender negociar condições mais vantajosas.
- c) Homologada a licitação, fica precluída a possibilidade de a Administração anulá-la ou revogá-la.
- d) É inexigível a realização de licitação quando foi inviável a competição.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, em razão da sua personalidade jurídica de direito privado, não estão em nenhuma hipótese sujeitas à necessidade de licitar.

Direito Civil

4. São absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil:

- a) Os menores de 16 anos completos.
- b) Os indígenas.
- c) Os deficientes mentais.
- d) Os ebrios habituais.
- e) Os estrangeiros.

5. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O partido político, as organizações religiosas e as fundações são pessoas jurídicas de direito privado.
- b) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- c) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.
- d) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- e) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

6. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público.
- c) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- d) Fundação é uma universidade de bens personalizada, em atenção ao fim que lhe dá unidade.
- e) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Direito Constitucional

7. Assinale a alternativa incorreta. À luz do art. 4º do Texto Maior, nas relações internacionais, a República Federativa Brasil rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Solução pacífica dos conflitos.
- b) Autodeterminação dos povos.
- c) Concessão de asilo político.
- d) Intervenção.
- e) Prevalência dos direitos humanos.

8. São direitos individuais na Constituição federal de 1988, exceto:

- a) Direito de liberdade de manifestação do pensamento ou opinião, admitido o anonimato.
- b) Liberdade de reunião em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) Liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- d) Direito de propriedade que deverá atender a sua função social.
- e) Direito de herança.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

9. Sobre a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente, não é possível afirmar que:

- a) Insere-se na competência legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) Insere-se na competência legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) Insere-se na competência legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- d) Insere-se na competência legislar sobre proteção à infância e à juventude.
- e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

10. De acordo com o art. 109 da Carta Cidadã de 1988, "Aos juízes federais compete processar e julgar", exceto:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, incluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- c) Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- d) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- e) A disputa sobre direitos indígenas.

11. Sobre o Ministério P\xfablico, é certo afirmar:

- a) O Ministério P\xfablico da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) São princípios institucionais do Ministério P\xfablico a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- c) São garantias dos membros do Ministério P\xfablico: vitaliciedade, após 01 ano de exercício, não podendo perder o cargo senão por processo administrativo disciplinar; inamovibilidade, salvo por



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I.

- d) Os membros do Ministério P\xfablico podem exercer a advocacia.
- e) Compete aos membros do Ministério P\xfablico promover, privativamente, a ação penal p\xfablica, na forma da lei.

Direito Penal

12. Sobre a prescrição da pretensão punitiva estatal, é correto afirmar que:

- a) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa, independente da data do fato.
- b) A prescrição só corre, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos.
- c) Nos crimes instantâneos, de efeitos permanentes, começa a correr a prescrição do dia em que cessar a permanência dos efeitos.
- d) A prescrição não corre enquanto não homologado o acordo de não persecução penal.
- e) No caso de concurso de crimes, as penas máximas cominadas devem ser somadas para fins de cálculo dos prazos prespcionais.

13. Sobre os institutos da tentativa, da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, é correto afirmar que:

- a) A não consumação, por circunstâncias alheias à vontade do agente, é compatível com a desistência voluntária.
- b) A tentativa, quando não houver qualquer dano, não é punível.
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a sentença condenatória recorrível, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) O arrependimento eficaz e a desistência voluntária somente são aplicáveis a delito que não tenha sido consumado.
- e) O reconhecimento da desistência voluntária dispensa o exame do elemento subjetivo da conduta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

14. A respeito dos crimes em espécie, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão de alteração legislativa do ano de 2021, o furto mediante fraude que é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, sujeita o infrator à pena de reclusão, de 4 a 8 anos, desde que haja uso de programa malicioso ou violação de mecanismo de segurança.
- b) Aquele que, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com a mesma pena cominada ao responsável pela fabricação.
- c) Quem fornece foto para confecção de documento público falso concorre com o falsificador na prática do crime de falsidade ideológica.
- d) Se o funcionário retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o pratica contra disposição expressa de lei, comete o crime de prevaricação, se o faz para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ou incide na prática do delito de corrupção passiva privilegiada, se o faz a pedido ou influência de outrem.
- e) Uma das hipóteses do chamado “peculato eletrônico” (art. 313-A, Código Penal) ocorre quando há a inserção, por qualquer pessoa, de dados falsos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

Direito Processual Civil

15. Assinale a alternativa que indica a modalidade de intervenção de terceiros prevista pelo Código de Processo Civil como adequada para o exercício de direito de regresso por comprador contra alienante, em caso de evicção:

- a) Oposição.
- b) Denunciaçāo da lide.
- c) Nomeação à autoria.
- d) Chamamento ao processo.
- e) Nenhuma das anteriores.

16. Assinale a alternativa que NĀO apresenta uma hipótese de intervenção do Ministério P\xfablico como fiscal da lei, de acordo com o vigente Código de Processo Civil:

- a) Litígio com interesse social.
- b) Litígio com interesse público.
- c) Litígio com interesse de incapaz.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- d) Litígio com interesse da Fazenda Pública.
- e) Litígio coletivo pela posse de terra rural ou urbana.

17. Assinale a alternativa que indica uma hipótese em que é cabível a impetração de mandado de segurança:

- a) Contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.
- b) Contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- c) Contra decisão judicial transitada em julgado.
- d) Contra ato do Presidente da República.
- e) Como substitutivo de ação direta de constitucionalidade.

Direito Processual Penal

18. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A autoridade policial poderá rejeitar, por razões discricionárias, a requisição do Ministério Públco para instauração de inquérito policial nos crimes de ação penal pública.
- b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- c) Uma vez concluído o inquérito policial, com a elaboração do relatório final pela autoridade policial, o Ministério Públco poderá requisitar a realização de novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- d) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, não existe rigor formal para a elaboração da representação do ofendido, sendo suficiente que manifeste a intenção de ver apurada a infração e iniciado o processo.
- e) Nenhuma das outras alternativas.

19. A respeito das prisões processuais, marque a alternativa correta:

- a) Considera-se em flagrante quem é perseguido, logo após a prática do fato, em situação que faça presumir ser autor da infração, mesmo após a interrupção da perseguição.
- b) O flagrante prorrogado, retardado ou ação controlada configura medida de combate à macrocriminalidade. Assim, por razões estratégicas, admite-se que se aguarde o momento mais adequado para realizar a prisão, ainda que isso implique postergação da intervenção.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- c) A prisão preventiva como garantia da ordem pública tem o objetivo de evitar a fuga do suspeito.
- d) A conveniência da instrução criminal que autoriza a decretação da prisão preventiva implica na proteção à paz e à tranquilidade, tendo como finalidade evitar a reiteração das práticas criminosas.
- e) Nenhuma das outras alternativas.

20. Sobre os recursos no processo penal, assinale a alternativa correta:

- a) O recurso cabível contra a decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade é a apelação.
- b) Cabe apelação contra decisão que não receber a denúncia.
- c) Não causa nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso em sentido estrito interposto da rejeição da denúncia, podendo esta medida ser suprida pela nomeação de defensor dativo.
- d) O recurso em sentido estrito admite o juízo de retratação.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

GABARITO – PROVA MODELO DIREITO - GRADUAÇÃO

- 1- a
- 2- e
- 3- d
- 4- a
- 5- b
- 6- c
- 7- d
- 8- a
- 9- e
- 10- b
- 11- e
- 12- b
- 13- d
- 14- d
- 15- b
- 16- d
- 17- d
- 18- a
- 19- b
- 20- d



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

PROVA MODELO – DIREITO - PÓS-GRADUAÇÃO

Direito Administrativo

1. Considere as seguintes assertivas sobre os processos administrativos disciplinares movidos contra servidores públicos:

I – Quando a falta disciplinar constituir crime, a Administração é obrigada a aguardar a solução do processo criminal antes de concluir o processo disciplinar, para que se evite o *bis in idem*.

II – É obrigatória a presença de advogado em todos os atos do processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade absoluta.

III – Em respeito ao princípio da separação de poderes, não cabe mandado de segurança contra nenhum ato do processo administrativo disciplinar.

IV – Extrapolado o prazo legal de tramitação do processo administrativo disciplinar, não pode mais haver punição do servidor, sob pena de nulidade, em razão da presunção de que houve prejuízo à sua defesa.

Assinale a resposta correta:

- a) Todas as assertivas são corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV são corretas.
- c) Apenas a assertiva III é incorreta.
- d) Apenas a assertiva IV é correta.
- e) Todas as assertivas são incorretas.

2. Sobre o mandado de segurança, considere as seguintes assertivas:

I – Como o art. 5º, LXIX, da Constituição Federal, não fixa prazo para sua impetração, é inconstitucional o prazo de 120 dias estabelecido na Lei de Mandado de Segurança (art. 23 da Lei nº 12.016/2009).

II – Tratando-se de ação constitucional e não sujeita a verbas sucumbenciais, uma vez impetrado, não admite desistência da parte autora.

III – Questões jurídicas de alta complexidade não podem ser discutidas no mandado de segurança, que exige a presença de direito líquido e certo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

IV – Mesmo quando impetrado contra autoridade ilegítima, o mandado de segurança pode ser conhecido quando houver a encampação do ato coator, atendidos os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão erradas.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Apenas a assertiva IV está correta.

3. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Eles são dotados de presunção absoluta de que foram emitidos com observância da lei e de que os fatos alegados para sua edição são verdadeiros.
- b) Uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado é a sua imperatividade, ou seja, há atos administrativos que se impõe a terceiros independentemente de sua vontade.
- c) Em razão do princípio da separação de poderes, somente em situações de urgência os atos administrativos são autoexecutórios, havendo, como regra geral, a necessidade de que a Administração busque o Poder Judiciário para que eles sejam postos em execução.
- d) Segundo a teoria dos motivos determinantes, a Administração não se vincula à motivação declarada, mesmo se ela não for verdadeira, quando se tratar de ato vinculado para o qual a lei não exija motivação.
- e) A administração pode revogar atos ilegais dos quais decorreram efeitos concretos independentemente de prévio processo administrativo.

Direito Civil

4. São absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil:

- a) Os menores de 16 anos completos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- b) Os indígenas.
- c) Os deficientes mentais.
- d) Os ebrios habituais.
- e) Os estrangeiros.

5. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O partido político, as organizações religiosas e as fundações são pessoas jurídicas de direito privado.
- b) São fungíveis os bens móveis cujo uso importa destruição imediata da própria substância, sendo também considerados tais os destinados à alienação.
- c) Os bens públicos não estão sujeitos à usucapião.
- d) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- e) Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

6. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.
- b) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público.
- c) Não se aplica às pessoas jurídicas a proteção dos direitos da personalidade.
- d) Fundação é uma universidade de bens personalizada, em atenção ao fim que lhe dá unidade.
- e) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

Direito Constitucional

7. Assinale a alternativa incorreta. À luz do art. 4º do Texto Maior, nas relações internacionais, a República Federativa Brasil rege-se pelos seguintes princípios:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- a) Solução pacífica dos conflitos.
- b) Autodeterminação dos povos.
- c) Concessão de asilo político.
- d) Intervenção.
- e) Prevalência dos direitos humanos.

8. São direitos individuais na Constituição federal de 1988, exceto:

- a) Direito de liberdade de manifestação do pensamento ou opinião, admitido o anonimato.
- b) Liberdade de reunião em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.
- c) Liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- d) Direito de propriedade que deverá atender a sua função social.
- e) Direito de herança.

9. Sobre a competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente, não é possível afirmar que:

- a) Insere-se na competência legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- b) Insere-se na competência legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) Insere-se na competência legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- d) Insere-se na competência legislar sobre proteção à infância e à juventude.
- e) A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

10. De acordo com o art. 109 da Carta Cidadã de 1988, "Aos juízes federais compete processar e julgar", exceto:

- a) As causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.
- b) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, incluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.
- c) Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.
- d) Os crimes contra a organização do trabalho e, nos casos determinados por lei, contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- e) A disputa sobre direitos indígenas.

11. Sobre o Ministério P\xfablico, é certo afirmar:

- a) O Ministério P\xfablico da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) São princípios institucionais do Ministério P\xfablico a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- c) São garantias dos membros do Ministério P\xfablico: vitaliciedade, após 01 ano de exercício, não podendo perder o cargo senão por processo administrativo disciplinar; inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério P\xfablico, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I.
- d) Os membros do Ministério P\xfablico podem exercer a advocacia.
- e) Compete aos membros do Ministério P\xfablico promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Direito Penal

12. Sobre a prescrição da pretensão punitiva estatal, é correto afirmar que:

- a) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à denúncia ou queixa, independente da data do fato.
- b) A prescrição só corre, nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos.
- c) Nos crimes instantâneos, de efeitos permanentes, começa a correr a prescrição do dia em que cessar a permanência dos efeitos.
- d) A prescrição não corre enquanto não homologado o acordo de não persecução penal.
- e) No caso de concurso de crimes, as penas máximas cominadas devem ser somadas para fins de cálculo dos prazos prespcionais.

13. Sobre os institutos da tentativa, da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior, é correto afirmar que:

- a) A não consumação, por circunstâncias alheias à vontade do agente, é compatível com a desistência voluntária.
- b) A tentativa, quando não houver qualquer dano, não é punível.
- c) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a sentença condenatória recorrível, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.
- d) O arrependimento eficaz e a desistência voluntária somente são aplicáveis a delito que não tenha sido consumado.
- e) O reconhecimento da desistência voluntária dispensa o exame do elemento subjetivo da conduta.

14. A respeito dos crimes em espécie, assinale a alternativa correta:

- a) Em razão de alteração legislativa do ano de 2021, o furto mediante fraude que é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, sujeita o infrator à pena de reclusão, de 4 a 8 anos, desde que haja uso de programa malicioso ou violação de mecanismo de segurança.
- b) Aquele que, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, é punido com a mesma pena cominada ao responsável pela fabricação.
- c) Quem fornece foto para confecção de documento público falso concorre com o falsificador na



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

prática do crime de falsidade ideológica.

- d) Se o funcionário retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício ou o pratica contra disposição expressa de lei, comete o crime de prevaricação, se o faz para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, ou incide na prática do delito de corrupção passiva privilegiada, se o faz a pedido ou influência de outrem.
- e) Uma das hipóteses do chamado “peculato eletrônico” (art. 313-A, Código Penal) ocorre quando há a inserção, por qualquer pessoa, de dados falsos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano.

Direito Processual Civil

15. Assinale a alternativa que apresenta o prazo correto exigido pelo Código de Processo Civil para a formulação de pedido principal após a efetivação de tutela cautelar antecipada:

- a) 10 (dez) dias.
- b) 30 (trinta) dias.
- c) 60 (sessenta) dias.
- d) 90 (noventa) dias.
- e) 120 (cento e vinte) dias.

16. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa FALSA a respeito da produção de provas no processo civil:

- a) A inversão do ônus probatório leva consigo o custeio da carga invertida, não como dever, mas como simples faculdade, sujeita às consequências processuais advindas da não produção da prova.
- b) Não é possível o ajuizamento de ação autônoma de exibição de documentos, sob o rito do procedimento comum, na vigência do Código de Processo Civil de 2015.
- c) É possível que o juiz imponha, sob pena de multa, que a parte exiba um documento que supostamente está em seu poder e que foi requerido pela parte contrária, desde que seja provável a existência da relação jurídica entre as partes e de documento ou coisa que se pretende seja exibido, apurada em contraditório prévio.
- d) Caso a testemunha tenha sido ouvida no juízo deprecado, pelo método audiovisual, a responsabilidade por eventual degravação do depoimento é do juízo deprecante.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

e) Nenhuma das outras alternativas.

17. Assinale a alternativa que, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, NÃO indica uma hipótese de litígio de competência da Justiça Federal:

- a) Ações rescisórias movidas por ente federal contra acórdão ou sentença da Justiça estadual.
- b) Ação sobre a expedição de diploma de conclusão de curso superior, ainda que se limite ao pagamento de indenização.
- c) Ação de empresas de telefonia contra a Anatel tratando sobre o valor de uso de rede móvel, sendo que uma das litigantes se encontra em recuperação judicial.
- d) Ações em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quer mediante o conselho federal, quer seccional, figure na relação processual.
- e) Processo que discuta insolvência civil, mesmo que envolva a participação da União, de entidade autárquica ou empresa pública federal.

Direito Processual Penal

18. Assinale a alternativa correta:

- a) É garantido o princípio do contraditório no inquérito policial, pois o investigado deve ser informado sobre todos os atos a serem praticados, permitindo-se a atuação da defesa.
- b) A autoridade policial assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, mas constitui direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa e estejam documentados nos autos.
- c) Caso o Ministério Público promova o arquivamento do inquérito policial em crime de ação penal pública, poderá o ofendido, se discordar, intentar ação penal privada subsidiária.
- d) O direito de representação decai dentro do prazo de seis meses contados da data em que o ofendido tomar conhecimento do fato criminoso.
- e) Nenhuma das outras alternativas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

19. Sobre o acordo de não persecução penal (ANPP), é incorreto afirmar que:

- a) Não se aplica o ANPP se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.
- b) Se o órgão do Ministério Público recusar-se a propor o ANPP, o investigado poderá requerer a remessa dos autos ao órgão superior, na forma do art. 28 do CPP.
- c) Não é cabível ANPP para crime cuja pena mínima for superior a 02 (dois) anos.
- d) Uma das condições do ANPP poderá ser a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima combinada ao delito diminuída de um a dois terços.
- e) Nenhuma das outras alternativas.

20. Considere as seguintes assertivas sobre a competência da Justiça Federal:

- I – compete à Justiça Federal processar e julgar uma contravenção penal praticada contra interesse da União.
- II – é de competência da Justiça Federal um crime de furto contra o patrimônio do Banco do Brasil.
- III – compete à Justiça Federal processar e julgar um crime de estelionato praticado contra o INSS.
- IV – ainda que não apresentem transnacionalidade, os crimes previstos em tratado ou convenção internacional são de competência da Justiça Federal.

Pode-se afirmar que:

- a) Apenas uma assertiva está correta.
- b) Apenas duas assertivas estão corretas.
- c) Apenas três assertivas estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.
- e) Nenhuma assertiva está correta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

GABARITO – PROVA MODELO DIREITO - PÓS-GRADUAÇÃO

- 1- e
- 2- e
- 3- b
- 4- a
- 5- b
- 6- c
- 7- d
- 8- a
- 9- e
- 10- b
- 11- e
- 12- b
- 13- d
- 14- d
- 15- b
- 16- b
- 17- e
- 18- b
- 19- c
- 20- a